
Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas
Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos




Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023



Rosemberg Harold Cooper
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2022

Senhores Acionistas:

À Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. (“Super”), anteriormente denominada Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 195 milhões (R\$ 145 milhões em 31 de dezembro de 2021), e o prejuízo acumulado é de R\$ 147 milhões (R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2021). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Super apresentou um prejuízo de R\$ 63 milhões (prejuízo de R\$ 43 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$ 594 milhões (R\$ 526 milhões em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, destacamos, R\$ 271 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras (R\$ 242 milhões em 31 de dezembro de 2021), R\$ 170 milhões por intangível (R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o total do passivo atingiu R\$ 399 milhões (R\$ 381 milhões em 31 de dezembro de 2021). Deste montante destacamos os depósitos em conta de pagamento de R\$ 225 milhões (R\$ 204 milhões em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 92 milhões de valores a repassar a operadoras de cartões por conta de transações com clientes (R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Auditoria Independente

A Super tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Super com independência das demais

entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários

São Paulo, 29 de março de 2023.

	31/ 12/ 2022	31/ 12/ 2021		31/ 12/ 2022	31/ 12/ 2021
Circulante	358.755	404.146	Circulante	392.982	356.312
Disponibilidades (nota 4)	45.736	59.971	Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	224.746	204.108
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota 5)	270.597	241.716	Outras Obrigações (nota 12)	168.236	152.203
Aplicações em Operações Compromissadas	270.597	241.716	Fiscais	2.424	1.869
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4 e 6)	51	41.475	Diversas	165.812	150.334
Carteira Própria	51	41.475			
Relações Interfinanceiras	419	310	Não Circulante	6.438	2.158
Transações de Pagamento	419	310	Outras Obrigações (nota 12)	6.438	2.158
Crédito Tributário (nota 7)	3.639	1.914	Diversas	6.438	2.158
Outros Créditos (nota 8)	36.933	57.911			
Adiantamentos	4.235	7.279	Resultado de Exercícios Futuros (nota 13)	-	23.065
Impostos e Contribuições	5.396	3.570			
Diversos	27.302	47.062			
Outros Valores e Bens	1.380	849			
Despesas Antecipadas	1.380	849			
Não Circulante	235.691	122.055	Patrimônio Líquido (nota 15)	195.026	144.667
Realizável a Longo Prazo	63.462	35.313	Capital Social	300.118	228.290
Crédito Tributário (nota 7)	63.462	35.313	Aumento de Capital Social	41.471	-
Imobilizado (nota 9)	2.564	2.314	Prejuízos Acumulados	(146.563)	(83.623)
Imobilizado de Uso	4.514	3.540			
Depreciação Acumulada	(1.950)	(1.226)			
Intangível (nota 10)	169.665	84.428			
Softwares	214.795	104.699			
Amortização Acumulada	(45.130)	(20.271)			
Total do Ativo	594.446	526.201	Total do Passivo	594.446	526.201

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



superdigital
Demonstração do Resultado
em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado de Intermediação Financeira	16.191	31.296	9.302
Receita em Aplicações Interfinanceiras (nota 18)	16.191	31.296	9.290
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 18)	-	-	12
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais	(73.221)	(124.110)	(71.698)
Receita com Prestação de Serviços (nota 17)	24.345	50.057	60.540
Outras Receitas Operacionais (nota 22)	10.197	19.635	65.286
Despesas de Pessoal (nota 19)	(36.483)	(61.549)	(35.748)
Despesas Administrativas (nota 20)	(47.376)	(91.734)	(82.527)
Outras Despesas Operacionais (nota 23)	(19.795)	(32.857)	(74.103)
Despesas Tributárias (nota 21)	(4.109)	(7.662)	(5.146)
Resultado Operacional	(57.030)	(92.814)	(62.396)
Resultado Não Operacional	-	-	(262)
Resultado antes da tributação e participações	(57.030)	(92.814)	(62.658)
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 24)	17.902	29.874	19.529
Imposto de Renda Diferido	12.837	21.635	14.107
Contribuição Social Diferida	5.065	8.239	5.422
(Prejuízo)	(39.128)	(62.940)	(43.129)
Ações em circulação (mil)	289.365	289.365	206.665
(Prejuízo) por lote de mil ações	(135)	(218)	(209)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



superdigital

**Demonstração do Resultado Abrangente
em milhares de reais**

	<u>2º semestre</u>	<u>31/ 12/ 2022</u>	<u>31/ 12/ 2021</u>
Lucro Líquido/ (Prejuízo)	(39.128)	(62.940)	(43.129)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do semestre/ exercício	<u>(39.128)</u>	<u>(62.940)</u>	<u>(43.129)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

S superdigital
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	69.451	14.605	(40.494)	43.562
Prejuízo	-	-	(43.129)	(43.129)
Aumento de Capital Social (nota 15)	158.839	(14.605)	-	144.234
Saldos em 31 de dezembro de 2021	228.290	-	(83.623)	144.667
Prejuízo	-	-	(62.940)	(62.940)
Aumento de Capital Social (nota 15)	71.828	41.471	-	113.299
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300.118	41.471	(146.563)	195.026
Saldos em 30 de junho de 2022	228.290	32.280	(107.435)	153.135
Prejuízo	-	-	(39.128)	(39.128)
Aumento de Capital Social (nota 15)	71.828	9.191	-	81.019
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300.118	41.471	(146.563)	195.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa
em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>	<u>31/ 12/ 2022</u>	<u>31/ 12/ 2021</u>
At ividades Operacionais			
Lucro Líquido/ (Prejuízo)	(39.128)	(62.940)	(43.129)
Ajustes ao Lucro Líquido/ (Prejuízo)	2.687	3.413	(10.244)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 24)	(17.902)	(29.874)	(19.529)
Varição Cambial (nota 22)	(30)	(217)	(831)
Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 23)	59	96	244
Depreciação e Amortização (nota 20)	13.099	25.583	7.618
Contingências Cíveis (nota 14)	7.461	7.826	2.254
Variações em At ivos e Passivos	9.305	1.735	(40.260)
(Aumento)/ Redução em Aplicações Interfinanceiras (nota 5)	(58.611)	(28.881)	(30.561)
(Aumento)/ Redução em Relações Interfinanceiras	(155)	(110)	190
(Aumento)/ Redução em Outros Créditos (nota 8)	(2.746)	21.195	(32.243)
(Aumento)/ Redução em Outros Valores e Bens	(63)	(531)	321
(Redução)/ Aumento em Depósitos em Conta de Pagamento (nota 11)	35.526	20.638	14.200
(Redução)/ Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	52
(Redução)/ Aumento em Outras Obrigações (nota 12)	41.004	369	(18.709)
(Redução)/ Aumento em Resultado de Exercícios Futuros (nota 13)	(14.852)	(23.065)	22.365
Impostos Pagos	9.202	12.120	4.125
Caixa Líquido Aplicado em At ividades Operacionais	(27.135)	(57.792)	(93.633)
At ividades de Invest iment os			
Aquisição de Imobilizado (nota 9)	(252)	(1.055)	(706)
Baixa de Imobilizado	81	81	1.872
Aquisição de Intangível (nota 10)	(60.738)	(110.096)	(52.379)
Caixa Líquido Aplicado em At ividades de Invest iment os	(60.909)	(111.070)	(51.213)
At ividades de Financiament o			
Aumento de Capital Social (nota 15)	81.019	113.299	144.234
Caixa Líquido Originado em At ividades de Financiament o	81.019	113.299	144.234
Varição Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	(59)	(96)	(244)
Efeit o Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(7.084)	(55.659)	(856)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício	52.872	101.446	102.302
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	45.787	45.787	101.446
Redução no Caixa e Equivalent e de Caixa (nota 4)	(7.084)	(55.659)	(856)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Superdigital Instituição de Pagamento S.A. (“Super”) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – Torre A – Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Prudencial Santander (“Conglomerado Santander”). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“Bacen”), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Super foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovados pelo Bacen.

A Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução Bacen 2/2020 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução Bacen 2/2020, revogou a Circular Bacen 3.959/2019, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração da Super autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 na data de 29 de março de 2023.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata e com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

da Super de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Super apresenta apenas títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação.

Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

(b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

(c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007. De acordo com esta Resolução, a Super passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A Super classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Super utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Os instrumentos financeiros da Super avaliados e registrados pelo seu valor justo são substancialmente precificados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e para instrumentos idênticos (nível 1) ou tem sua precificação derivada de inputs observáveis como importante referência (nível 2). Para os instrumentos financeiros não-mensurados pelo seu valor justo, não há diferenças significativas entre este e o valor contábil pelo qual estão registrados.

Em 31 de dezembro de 2022 a Super não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos ou operações de hedge.

f) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e a depreciação calculada pelo método linear utilizando taxa anual de 10% ao ano para móveis e utensílios e 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

g) Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Super e segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, exceto softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados, pelo prazo da licença.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Super é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

Considerando a similaridade das causas que são de natureza massificada e questões atinentes a cartões de débito e outros assuntos, as provisões judiciais e administrativas são constituídas para indenização de danos materiais e/ou morais com base no ticket médio das causas perdidas para a totalidade das mesmas, independentemente de classificadas como perdas prováveis, possíveis e remotas.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos, as informações são divulgadas na nota explicativa (Nota 14).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

i) Impostos e Contribuições

- PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são calculados à alíquota de 1,65% e 7,60%, respectivamente sobre as receitas e custos aplicados diretamente à atividade.
- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%.
- e a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) à alíquota de 9%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (nota 7), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração da Super.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Super deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

k) Resultado de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento de contrato de exclusividade com prestadores de serviço, sendo apropriado conforme cronograma previamente estabelecido.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

m) Resultado não Recorrente

Os resultados não recorrentes são avaliados semestralmente para divulgação, de acordo com a Resolução 2 do Bacen. São considerados resultados não recorrentes as operações que estejam ou não relacionadas com as atividades da Super onde a recorrência não ultrapasse três ocorrências por exercício social.

No exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2022 a Super não possui nenhum evento dessa natureza e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresenta um saldo de R\$2.654 milhões de resultado não recorrente (nota 26).

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	45.736	59.971
Cotas de Fundo de Investimento*	<u>51</u>	<u>41.475</u>
Total	45.787	101.446

(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, resgatáveis a qualquer momento (nota 6).

5. Aplicações Interfinanceiras

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LFT – Letras Financeira do Tesouro (Nota 16c)	270.597	-
NTN F - Notas do Tesouro Nacional série F	<u>-</u>	<u>241.716</u>
Total	270.597	241.716

Os títulos possuem vencimento em até 12 (doze) meses.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fundo de Investimento Caixa - MPE	-	31
Banco Santander - Fundo 4985-6 (1)	51	9
Bco Santander - Fundo FI SBAC DI (2)	<u>-</u>	<u>41.435</u>
Total	51	41.475

Os Títulos e Valores Mobiliários são classificados como ativos para negociação. O valor de mercados dos títulos e valores mobiliários considera a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As cotas de fundos de investimentos são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

(1) Possui rendimento médio de 100% do CDI.

(2) Composto por aplicação automática dos valores em conta corrente com rendimento médio de 25% do CDI.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 17 de março de 2020 a Super contratou uma operação a termo de NDF no montante de R\$ 5.440, como instrumento de hedge com objetivo de proteção a riscos relacionados a moedas estrangeira.

A posição foi liquidada em 10 de maio de 2021 pela diferença líquida entre o valor contratado e o valor na data do vencimento.

O valor de mercado foi calculado mensalmente baseado no dólar futuro divulgado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 31 de dezembro de 2022 a Super não apresenta saldo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Crédito Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	34.688	27.271	-	61.959
Diferenças Temporárias	2.539	6.149	(3.546)	5.142
Total de Crédito Temporárias	37.227	33.420	(3.546)	67.101

Os saldos sujeitos à cálculo de crédito tributário foram registrados em sua totalidade.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2023	3.639	-	3.639
2024	1.503	-	1.503
2025	-	3.943	3.943
2026	-	18.897	18.897
2027	-	39.119	39.119
Total	5.142	61.958	67.101

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total dos créditos tributários registrado é de R\$ 49.136 (R\$ 34.914 em 31 de dezembro de 2021) calculados de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais e bases negativas e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Super não apresenta créditos tributários não ativados.

8. Outros Créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos para pagamentos (1)	4.235	7.279
Impostos e contribuições a compensar	5.396	3.570
Valores a receber de seguro (nota 26)	25.313	45.313
Outros	1.989	1.749
Total	36.933	57.911

- (1) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas transações de pagamentos ou saques, com prazo médio de 30 dias para realização.

9. Imobilizado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Equipamentos de processamento de dados	4.160	3.150
Móveis e utensílios	354	329
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	61
Depreciação acumulada	(1.950)	(1.226)
Total	2.564	2.314
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	2.314	2.667
Adições	1.055	706
Baixas	(81)	(1.872)
Depreciações	(724)	813
Saldo Final	2.564	2.314

10. Intangível

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Software	214.795	104.699
Amortização Acumulada	(45.130)	(20.271)
Intangível Líquido	169.665	84.428

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Resumo das movimentações

Saldo Inicial	84.428	40.481
Novos desenvolvimentos	110.096	52.379
Amortizações	<u>(24.859)</u>	<u>(8.432)</u>
Saldo Final	169.665	84.428

11. Depósito em Conta de Pagamento

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados, no montante de R\$ 224.746 (R\$204.108 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores a repassar às operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R\$ 91.904 (R\$ 111.049 em 31 de dezembro de 2021) e estão registradas em outras obrigações diversas na nota 12.

12. Outras Obrigações

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Repasse por transações de pagamento (nota 11)	91.904	111.049
Fiscais	2.424	1.869
Fornecedores diversos (1)	40.366	25.701
Despesa de pessoal	23.132	13.380
Incentivo Exclusividade (nota 13)	8.602	-
Provisão para contingências cíveis (nota 14)	<u>8.246</u>	<u>2.362</u>
Total	174.674	154.361

(1) R\$2.310 referente a fornecedores de serviços no curso normal dos negócios, provisão de fornecedores R\$22.473 e R\$15.583 de despesa de franquia (nota 26).

13. Incentivo de Exclusividade

O contrato assinado com a Superdigital Holding prevê incentivos de produtos e desenvolvimento que foram recebidos pela Super Pagamentos no valor de R\$ 40.495 em agosto de 2021 e R\$ 1.772 em setembro de 2022. Os valores são reconhecidos no resultado de acordo com a ocorrência das respectivas despesas acordadas em contrato. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a reconhecer em resultados futuros estava no montante de R\$ 8.602 (R\$ 23.065 em 31 de dezembro de 2021).

Os resultados de exercícios futuros passaram a ser contabilizados em outras obrigações a partir de 2022 com a resolução bcb nº 92/2021, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2022.

14. Passivos Contingentes e Provisões

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis	6.982	2.362
Trabalhistas	<u>1.264</u>	<u>-</u>
Total	8.246	2.362

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Resumo das movimentações

Saldo Inicial	2.362	1.742
Constituição Líquida	7.826	2.254
Baixas	<u>(1.942)</u>	<u>(1.634)</u>
Saldo Final	8.246	2.362

A Super é parte em processos judiciais cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Super registrou as provisões para demandas judiciais de natureza cível as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Super revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço.

Em 28 de Janeiro de 2021, a Super moveu ação indenizatória que visa buscar indenização pelos danos materiais oriundos do incidente operacional ocorrido em janeiro de 2021. Referido processo foi julgado improcedente em primeira instância e atualmente está em grau de recurso no Tribunal de Justiça.

O montante atual é de R\$ 5.500 referente exclusivamente à sucumbência processual e a decisão final está prevista no decorrer do exercício de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, existem processos cíveis de relação de consumo classificados como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 13.283 (R\$ 11.440 em dezembro de 2021) e processos trabalhistas no montante de R\$ 854 (R\$ 904 em dezembro de 2021).

15. Patrimônio Líquido

Em fevereiro de 2021 a Super recebeu aporte de capital no montante de R\$ 6.757, com emissão de 4.932 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 22 de fevereiro de 2021.

Em 17 de março de 2021 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 54.546, com emissão de 39.815 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 29 de março de 2021.

Em 03 de novembro de 2021 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 82.931, com emissão de 60.534 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 22 de novembro de 2021.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Em maio de 2022 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 32.280, com emissão de 23.562 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 05 de julho de 2022.

Em outubro de 2022 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 39.548, com emissão de 28.867 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 02 de dezembro de 2022.

Em dezembro de 2022 a Super recebeu um aporte de capital no montante de R\$ 41.471, com emissão de 30.271 mil novas ações. O aumento de capital social foi aprovado pelo Banco Central em 03 de fevereiro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 289.365 mil (206.665 mil em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado, através de um Instrumento Particular de Ações, a venda de 100 ações da Super Holding para Cantabro Catalana de Inversiones S.A. Em 31 de dezembro de 2022 a composição acionaria da Super está assim representada:

A Superdigital Holding Company, S.L. detém 289.365 mil ações e Cantabro Catalana de Inversiones S.A. detém 100 ações.

O estatuto estabelece que:

Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução:

- a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- b) a parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.
- c) O saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo:
 - a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

- b. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Parágrafo único - por proposta da Diretoria poderão ser periodicamente capitalizadas as parcelas dessas reservas para que o respectivo montante, juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social.

- d) Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Super, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2022, no valor máximo de R\$ 13.500 (R\$ 8.500 em 31 de dezembro de 2021). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram registradas despesas com a Diretoria conforme nota 19.

b) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens.

As principais transações e saldos com empresas do grupo Santander são conforme segue:

	Balanco		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	19.072	21.725	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	12
Cotas de fundo de investimento	51	41.466	4.307	1.313
Operação Compromissada	270.597	241.716	26.958	7.920
Despesa de compartilhamento de infraestrutura (nota 20)	-	-	(2.253)	(2.384)

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa (nota 20)	-	-	(960)	(885)
Despesa de Juros sobre Empréstimo (nota 23)	-	-	(352)	-

17. Receita com Prestação de Serviço

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de tarifas	15.464	32.388	40.874
Receita de Intercâmbio sobre compras	8.286	16.517	18.062
Receita com comissão de serviços	595	1.152	1.604
Total	24.345	50.057	60.540

18. Resultado de Intermediação Financeira

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita títulos	14.198	26.958	7.920
Receita com cotas de fundos de investimento	1.988	4.300	1.313
Receita/Despesa com instrumentos financeiros derivativos	-	-	12
Outras aplicações	5	38	57
Total	16.191	31.296	9.302

19. Despesas de Pessoal

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Proventos	17.524	31.229	18.884
Benefícios a funcionários	2.924	5.109	3.285
Remuneração à dirigentes	10.304	14.096	7.488
Previdência social	4.403	8.401	4.520
Fundo de garantia do tempo de serviço	1.328	2.714	1.571
Total	36.483	61.549	35.748

20. Outras Despesas Administrativas

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processamento de dados (1)	8.324	14.096	10.112
Serviços de terceiros (1)	6.728	12.706	8.264
Depreciações e amortizações	13.099	25.583	7.618
Marketing promocional	2.601	4.652	4.834
Comunicação	680	1.378	1.248
Serviços técnicos especializados	5.081	9.774	7.167
Despesa com central de atendimento	1.290	2.837	2.285
Publicidade e propaganda	5.080	14.089	18.834
Despesa franquia de Seguro (nota 26)	1.033	1.033	15.583
Despesa de compartilhamento de infraestrutura	1.249	2.253	2.384

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa	480	960	885
Alienação de imobilizado	15	15	1.610
Outras	1.716	2.358	1.703
Total	47.376	91.734	82.527

(1) Gastos com desenvolvimento de novas tecnologias.

21. Despesas Tributárias

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas de ISS	959	1.988	2.456
Despesas de contribuição ao COFINS	1.609	3.168	1.275
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	312	618	256
Despesas de IOF	1.116	1.629	985
Outros Impostos e Contribuições	113	259	174
Total	4.109	7.662	5.146

22. Outras Receitas Operacionais

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reembolso de despesas (1)	563	1.144	637
Variação cambial	30	217	831
Incentivos recebidos de parceiros (2)	8.022	16.235	20.040
Recuperação de despesas (nota 27)	-	-	42.659
Outras receitas operacionais	1.582	2.039	1.119
Total	10.197	19.635	65.286

(1) Refere-se a reembolso de despesas pago por empresas do Grupo Santander.

(2) Receita oriunda de reembolso de despesas previsto em contrato de exclusividade com bandeira.

23. Outras Despesas Operacionais

	<u>2º semestre</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fee sobre transações de pagamento	8.804	18.723	22.746
Perdas operacionais	751	1.258	2.391
Despesa da emissão de cartão	1.437	3.221	2.763
Provisão para contingências	7.461	7.826	2.254
Variação cambial	59	96	244
Provisão de perda operacional (nota 26)	400	400	42.669
Despesa de juros sobre empréstimo	352	352	-
Outras despesas operacionais	531	981	1.036
Total	19.795	32.857	74.103

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(92.814)	(92.814)	(62.658)	(62.658)
Adições temporárias	12.938	21.193	5.562	12.759
Exclusões temporárias	(5.562)	(12.759)	(4.002)	(11.267)
Despesas indedutíveis	6.275	1.272	6.230	2.417
Lucro real tributável	(79.163)	(83.108)	(54.868)	(58.749)
Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal diferido	104.499	123.360	104.499	123.360
Ativo de imposto de renda diferido	47.759	19.341	26.125	11.102
Despesa de imposto de renda diferido do exercício	21.635	8.239	14.107	5.422
Total de imposto de renda e contribuição social	21.635	8.239	14.107	5.422

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Super consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Super, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do Bacen entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Superdigital Instituição de Pagamento S.A. tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez – O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular Bacen 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise.

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

II - Risco de crédito – Tendo em vista que a Super não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado – A Super emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Super, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

26. Outras Informações

Em janeiro de 2021 a Super registrou um incidente operacional da Plataforma Superdigital, ocasionando indisponibilidade do uso do aplicativo por algumas horas. A Super atuou na solução desse incidente, e todas as funcionalidades foram reestabelecidas.

O incidente operacional gerou um potencial de provisão para perdas operacionais no montante de R\$ 42.659, além de um valor ativo de R\$ 2.654, de valores a receber de parceiros. O incidente está sendo tratado no âmbito cível e criminal.

A Super é participante de um contrato de seguro do Conglomerado Santander, e após o evento a Administração iniciou o processo de ressarcimento. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 a Super registrou uma despesa no valor da franquia no montante de R\$ 15.583 (vide nota 12), além do montante de R\$ 42.659 como receita oriunda do ressarcimento diante da evolução exitosa do processo junto a seguradora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Super havia registrado em caixa o montante de R\$ 20.000 como adiantamento do ressarcimento devido.

A Administração da Super reforça que o incidente não impactou ao cliente e que mantém sólidas estruturas de controles e liquidez de acordo com as normativas estabelecidas pelo Banco Central.

27. Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente após o encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Fabio Fernando Almendros – CEO

Ana Flávia Rodrigues – Contadora – CRC 1SP 322213/O-8